

Título do artigo: A Educação Permanente em Saúde e a Educação à Distância: Possibilidades

Autor: Joseane Stahl Silveira

Instituição: ESP-RS (Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul)

Resumo: Na saúde questiona-se a qualidade do ensino da formação de seus trabalhadores, propondo mudanças nas práticas pedagógicas. Para auxiliar neste desafio, duas soluções vem sendo utilizadas: a Educação Permanente em Saúde e a Educação à Distância (EAD). A Política de Educação Permanente em Saúde (PEPS) é preconizada pelo Ministério da Saúde, como norteadora da educação para os trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). Seu objetivo é problematizar a gestão do trabalho, contribuindo assim na melhoria dos processos da assistência. A EAD é uma importante estratégia educacional, por facilitar o acesso ao conhecimento, em diversos locais e espaços, sendo um democratizador da educação. Na área da saúde, a EAD também vem consolidando-se como uma estratégia para as ações educativas. Porém, a maioria dos cursos EAD são realizados de forma auto instrucional, com poucas atividades reflexivas e interações dos sujeitos participantes da ação. É importante então identificar a possibilidade de aproximação dos cursos EAD da PEPS, conforme proposta do Ministério da Saúde. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica, dos conceitos de PEPS e de EAD, relacionando suas possibilidades de integração. Foi possível verificar então que a utilização do ensino em EAD deve ser pensada dentro da proposta de Educação Permanente em Saúde, para produzir aprendizagem significativa e não apenas mera reprodução de conteúdos. As possibilidades metodológicas que a EAD oferece, dentro da perspectiva construtivista, trazem ferramentas que possibilitam interação e construção do conhecimento, podendo contribuir com a Educação Permanente em Saúde. É importante destacar a característica integrativa e colaborativa da EAD, que possibilita a reflexão e problematização entre os diversos agentes envolvidos na assistência. Porém, cabe analisarmos também as barreiras que os profissionais ainda enfrentam no acesso a EAD. Ou seja, a EAD pode ser um grande aliado da Educação Permanente em Saúde, unido a outras ações educativas e sem deixar de lado a presencialidade e outras metodologias de aprendizagem, potencializando a Educação Permanente com os aportes tecnológicos da EAD. Podemos concluir que a aproximação entre Educação Permanente em Saúde e a Educação a Distância é possível e pode contribuir com os objetivos educacionais a serem alcançados, desde que embasada em uma metodologia problematizadora da realidade do indivíduo e que utilize as ferramentas de maneira adequada.

1 INTRODUÇÃO

Assim como na educação, na saúde também questiona-se a qualidade do ensino atual e da formação de seus trabalhadores, propondo mudanças nas práticas pedagógicas das instituições formadoras e indo além disso, pensando nos processos de formação não formais. Nesta linha duas grandes inovações vêm sendo desenvolvidas: a Educação Permanente em Saúde e a Educação a Distancia (EAD).

A Política de Educação Permanente em Saúde é hoje preconizada pelo Ministério da Saúde (MS), como diretriz norteadora da educação em saúde para os trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). Tem por objetivo problematizar a gestão do trabalho dos profissionais de saúde, contribuindo assim na melhoria dos processos de trabalho.

A EAD vem se tornando uma importante estratégia educacional, por facilitar o acesso ao conhecimento, em diversos locais e espaços, sendo um democratizador da educação. Na área da saúde, também vem consolidando-se como uma estratégica para as ações educativas, ampliando as oportunidades educacionais, em razão do elevado contingente de profissionais a serem capacitados, dos seus diferentes turnos e setores de atuação, além das diferentes necessidades e características dos trabalhadores da saúde, somadas ao acesso cada vez mais facilitado às tecnologias da informação.

Por isso o objetivo desta pesquisa foi verificar as possibilidades da Educação Permanente como norteadora da metodologia de cursos de Educação a Distância.

Os objetivos específicos são:

- Revisar os conceitos de Educação Permanente em saúde;
- Revisar os conceitos de Educação a Distância;
- Relacionar as possibilidades de Educação Permanente através da modalidade EAD;

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Política de Educação Permanente em Saúde

A educação por muito tempo se caracterizou pela fragmentação disciplinar e pela separação das áreas de conhecimento, com base em metodologias tradicionais de transmissão de conhecimento, em um currículo separado por disciplinas.

O ensino em saúde não poderia ser diferente, e conseqüentemente, os serviços de saúde, que foram, e ainda são, caracterizados pela fragmentação, separação por especializações, e na cultura do hospital como centro do cuidado, baseado nas orientações dadas no relatório Flexner (PAGLIOSA, 2008).

Esta evidencia é reforçada por outros autores como Mitre (2008) que apontam que a formação de profissionais de saúde pautada pelas metodologias conservadoras, sob forte influência do mecanicismo de inspiração cartesiana newtoniana, fragmentado e reducionista, separou o corpo da mente, a razão do sentimento, a ciência da ética, compartimentalizando o conhecimento em campos altamente especializados, em busca da eficiência técnica.

Porém, atualmente, as novas políticas e ações em saúde preconizadas pelo SUS, centradas na integralidade da atenção, tentam mudar esta dissociação, na busca por um cuidado integralizado e multidisciplinar, que ampliam a visão de cidadania, para o atendimento as demandas sociais, “pode-se dizer que as tendências atuais de mudança nos sistemas de saúde apontam para um novo modelo assistencial (promoção da saúde e integralidade da atenção) e para um novo desenho institucional (descentralização e participação social)” (CARVALHO, 2000, apud TORREZ, 2005, p. 177).

Com isso a educação e o ensino em saúde também necessitaram rever suas metodologias, buscando reconstruir seu papel social nesta nova realidade, onde o MS, em maio de 2014, através da portaria 198 publica a Política de Educação Permanente em Saúde, que busca o enfrentamento de problemas complexos e de baixa estruturação, como são na saúde, com profissionais que produzam “soluções criativas”, trabalhem em equipe, aprendam (permanentemente) e respondam a novas situações (TORREZ, 2005, p. 177).

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde tem por objetivo orientar a formação e o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde, nestas novas perspectivas. Sua

proposta pedagógica “se baseia na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais” (FERRAZ, 2013, p. 2122).

Ela preconiza que o conteúdo a ser estudado deve ser gerado a partir das dúvidas e necessidades de conhecimentos surgidas das situações vivenciadas pelos próprios trabalhadores/profissionais, com a intenção de promover mudanças na formação e desenvolvimento destes profissionais da área da saúde, articulando assim as esferas da gestão, os serviços de saúde, as instituições de ensino e os órgãos de controle social (SILVA, 2015a, p. 1100).

Ou seja, o ensino em saúde deve partir das necessidades do mundo do trabalho, sendo de responsabilidade de todos os envolvidos no processo. A aprendizagem deve ir além da capacitação, do treinamento do profissional em determinado procedimento, pensando em sua formação completa e integral, onde “se faz necessário substituir a metodologia da transmissão do conhecimento utilizada em diversos cenários para a metodologia da problematização” (STROSCHEIN, 2011, p. 511).

A teoria da problematização, pautada na teoria educacional de Paulo Freire, parte da realidade do educando, indo da observação da realidade até a aplicação de melhorias na prática, desenvolvendo o senso crítico e analítico do educando, orienta que a relação entre o educador e o sujeito da aprendizagem seja horizontal, compartilhada e comunicando-se com a vivência do mundo do trabalho. Conforme Stroschein (2011, p. 511) “o verbo ‘problematizar’, no contexto da educação permanente, envolve outros verbos, como refletir, planejar, analisar, subjetivar, criar, recriar, envolver, inserir, responsabilizar, transversalizar e catalisar.” A ação educativa deve acontecer a partir de problemas encontrados em seu cotidiano de trabalho, pois assim traz sentido e significado para a aprendizagem. Dessa forma produz a “aprendizagem significativa”, ou seja, que promove e produz sentido, sugere que a transformação das práticas profissionais é sempre baseada na reflexão crítica sobre as práticas reais, dos profissionais em ação na rede de serviços. É a realização do encontro entre o mundo de formação e mundo de trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho (BRASIL, 2004, apud ROGEL, 2011).

Com isso o trabalhador deixa de ser agente passivo e passa a ser agente transformador na realidade em que esta inserido. Nas metodologias ativas de aprendizagem, que utilizam a problematização como estratégia de ensino-aprendizagem, o objetivo é motivar o discente a

refletir sobre o problema, associar com suas histórias e assim ressignificar suas descobertas. Desta forma a problematização pode levá-lo ao contato com as informações e à produção do conhecimento, principalmente, com a finalidade de solucionar os impasses e promover o seu próprio desenvolvimento (MITRE, 2008, p. 2136).

Outra característica importante é pensar no trabalho em grupo, na reflexão coletiva, de equipes multidisciplinares, que juntas devem analisar o contexto e encontrar as melhores soluções, pois a Política de Educação Permanente “tem o intuito de transformar as práticas pedagógicas e de saúde, contribuindo para o processo de desenvolvimento individual e coletivo dos profissionais da saúde” (STROSCHEIN, 2011, p. 506).

Esta necessidade se apresenta pelo grande desafio atual de desenvolver a autonomia individual em íntima coalizção com o coletivo, então, a educação deve ser capaz de desencadear a visão do todo (interdependência e transdisciplinariedade) bem como motivar para a construção de redes de mudanças sociais, expandindo desta forma a consciência individual e coletiva (MITRE, 2008, p. 2134).

Porém, não é apenas o aluno que deve mudar sua maneira de aprender, mas também o professor deve rever sua metodologia na hora de ensinar, “necessita desenvolver novas habilidades, como a vontade e a capacidade de permitir ao discente participar ativamente de seu processo de aprendizagem” (MITRE, 2008, p. 2137).

A necessidade de mudança nas práticas educativas pelo educador/facilitador exige que o mesmo se questione, de acordo com Mitre (2008): como, por que e quando se aprende; como se vive e se sente a aprendizagem; e quais as suas consequências sobre a vida. A disposição para respeitar, escutar com empatia e acreditar na capacidade potencial do discente para desenvolver e aprender, se lhe for permitido um ambiente de liberdade e apoio, são essenciais nesta nova postura (MITRE, 2008, p. 2137).

É importante pensarmos em ações educativas que viabilizem estas novas realidades, pois na saúde é impossível desassociar a teoria da prática e mais do que o objetivo da ação educacional em si, a perspectiva é poder transformar a realidade em que este profissional está inserido, onde “a educação permanente em saúde tem como meta aperfeiçoar a formação, e em contrapartida, fortalecer o SUS” (OLIVEIRA, 2007, p. 587).

Ou seja, a transformação do SUS passa pela Educação Permanente de seus profissionais, desenvolvendo novas maneiras de ensinar e aprender, pensando na integralidade

da aprendizagem, no trabalho em equipe e na relação com a realidade em que os sujeitos estão inseridos. Uma tarefa que não é fácil, mas que deve contar com o empenho e dedicação de todos os profissionais envolvidos na assistência, de forma multidisciplinar e na busca por um objetivo comum.

2.2 Educação à Distância

A Educação a Distância “já não é novidade no mundo educacional, uma vez que os primeiros registros de sua utilização foram identificados em 1728, por meio de um curso por correspondência na cidade de Boston, nos Estados Unidos” (SILVA, 2015b, p. 203). Utilizada inicialmente através dos meios de comunicação, tais como correspondência, rádio, televisão, entre outros, vem ganhando destaque atualmente com os aportes da tecnologia e da informação.

No Brasil, “a EAD surgiu com a fundação do Instituto Rádio Monitor e do Instituto Universal Brasileiro, em 1939 e 1941, respectivamente (NUNES, 1993, apud SILVA, 2015b, p. 204), mas foi reconhecida como modalidade regular do sistema educacional brasileiro com a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 20 de dezembro de 1996, evidenciando seu crescimento através do aumento do número de cursos regulares oferecidos nesta modalidade. No entanto, de acordo com Gomes (2013) esta modalidade só foi regulamentada em dezembro de 2005 pelo decreto 5.622.

As necessidades constantes de atualização e as mudanças cada vez mais rápidas impostas pela globalização fizeram com que a EAD ganhasse espaço não só nos ambientes acadêmicos, mas também no mundo corporativo, sendo uma alternativa aos problemas da educação, um “serviço público e estratégia de ensino que pode e deve estar inserida nas linhas de força que permeiam o debate em torno dos mais graves problemas educacionais brasileiros” (ALVES, 2010, apud TORREZ, 2005, p. 182).

Inicialmente a EAD era definida como uma modalidade de ensino, onde aluno e professor não estão fisicamente presentes em um mesmo ambiente. No entanto, atualmente a palavra que melhor descreve é a “interação”, pois de acordo com Silva (2015b) o avanço das tecnologias de comunicação permite que se fale, inclusive em tempo real, por

videoconferências, com pessoas a espacialmente separadas, e assim assistirem aulas de forma sincrônica.

A EAD amplia as oportunidades de aprendizado, facilitando o acesso ao conhecimento, além de oferecer recursos e métodos que condizem com o perfil atual dos alunos e das organizações. Destaca-se também pela utilização de novas ferramentas pedagógicas, que pela complexidade envolvida, requerem dos alunos maior responsabilidade e disciplina para alcançar os objetivos propostos pelo curso.

A EAD é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser massivo e que substitui a interação na sala de aula entre professor e aluno. Trata-se de um meio preferencial de ensino pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos; do apoio de uma organização e tutoria, que propiciam uma aprendizagem flexível e independente (Oliveira, 2007, p.587).

Inicialmente era tratada como um aprendizado em massa, alcançando um grande número de pessoas, com um custo menor e em menos tempo, considerada inclusive uma maneira mais fácil de realizar uma capacitação. No entanto, como afirma Torrez (2005, p.176), esta banalização promovida pela forma de divulgação do EAD, destacando as “facilidades” da modalidade, reforça preconceitos que também pode servir de alerta sobre essa mercantilização, que não é exclusiva da EAD, mas nela encontra condições de expansão muito favoráveis, em função da velocidade e ‘massividade’ proporcionada pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC).

Na EAD, encontramos, hoje, inúmeras possibilidades de combinar soluções pedagógicas adaptadas a cada tipo de aluno, às peculiaridades da organização e às necessidades de cada momento. As soluções das tecnológicas *on-line* no modo texto, hipertexto e multimídia possibilitam dar aulas ao vivo por tele ou vídeo conferencia. Pode-se também combinar aulas com interação por internet. Podemos preparar cursos prontos, em pacotes, com outros semiprontos, que se complementam com atividades colaborativas. Podemos elaborar uma proposta de curso em que o próprio grupo escolhe seu caminho (RICARDO, 2005, p. 7).

Porém, é importante analisar a proposta pedagógica de acordo com os objetivos a serem alcançados com a ação educativa, devendo a EAD ser uma facilitadora desta aprendizagem e não apenas ser utilizada para reprodução de conteúdos de forma tradicional.

Como reforça Gomes (2013):

Entendemos, porém, que, em termos macroestruturais, as mudanças nos paradigmas educacionais são necessárias e urgentes, mas não acontecerão da noite para o dia; pelo contrário, a instituição escolar tende a ser conservadora e as “inovações” em termos de práticas pedagógicas, muitas vezes, surgem atrasadas, desconexas, envoltas num certo fetiche tecnológico e ainda desacompanhadas da necessária formação dos professores e, por que não dizer, dos alunos e dos gestores também?...(Gomes, 2013, p. 20).

Para o sucesso da EAD é necessário preparar o curso tal qual se pensa uma capacitação presencial e sua proposta metodológica, estando atento as suas diversas ferramentas e características, tais como acessibilidade, o nível de interação entre professor e aluno, a preparação do professor e do tutor do curso, o acompanhamento e o método de avaliação a serem aplicadas, as atividades que facilitarão a aprendizagem e a tornarão significativa, fazendo a relação teoria e prática e utilizando os recursos e o designer do curso para motivar o aluno a participar.

Autores como Silva (2015b) destacam aspectos importantes para a realização do ensino a distancia através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): necessidade de capacitação e treinamento dos envolvidos no processo; o ambiente virtual prático, com bom design e flexível; suporte de atendimento aos alunos, professores e tutores comprometidos e preocupados em manter uma interação satisfatória entre os alunos e consigo próprios; e comunicação que busque instigar o aluno de forma a despertar seu interesse e aproximá-lo da instituição de ensino (SILVA, 2015b, p. 224).

Desta forma, entende-se que a EAD é a modalidade de ensino e de aprendizagem que pode, por suas características, contemplar: o estudo individualizado, mas não individualizante; o aprendizado de forma autônoma e independente; o foco na autoaprendizagem; o respeito a diferentes ritmos e estilos; a possibilidade de cooperação e colaboração entre os profissionais; o foco na aprendizagem colaborativa e em rede; a flexibilidade e descentralização do processo educativo, além de outras. “Ressalta-se que não existe um modelo único de EAD, uma vez que os programas devem ser desenvolvidos de acordo com a natureza dos cursos e as necessidades e condições sociais dos alunos” (SILVA, 2015b, p. 205).

Com tudo isso é possível então perceber o crescimento da EAD, que se tornou uma modalidade de ensino muito utilizada, inclusive como alternativa na área da saúde, com grandes possibilidades de facilitar o aprendizado, onde porém por vezes é necessário rever sua metodologia, para que se aproxime da Educação Permanente em Saúde.

2.3 A Educação Permanente em Saúde e a Educação a Distância

Nas constantes transformações atuais do mundo do trabalho, principalmente na área da saúde, onde tudo acontece rapidamente, é importante estabelecermos estratégias para facilitar o acesso aos novos conhecimentos.

Como já vimos a EAD é uma alternativa à educação continuada, democratizando o acesso independente de espaço físico e temporal. O universo do trabalho em saúde, não difere dos demais setores da sociedade. Assim a utilização do ensino em EAD, deve ser pensada dentro da proposta de Educação Permanente em Saúde, para produzir aprendizagem significativa e não apenas mera reprodução de conteúdos, como afirma Oliveira (2007): “entendemos que a Educação Permanente pode ser realizada através da educação a distância oferecendo a oportunidade para produção do diálogo e cooperação entre os profissionais dos serviços, atenção, formação e controle social” (OLIVEIRA, 2007, p. 586).

A escolha da utilização da metodologia EAD deve ser embasada em uma proposta pedagógica que contemple estes benefícios e as propostas que este método pode oferecer como meio para se alcançar os objetivos da Educação Permanente em Saúde. Torrez (2005) indica que, é necessário que a escolha por essa modalidade deve ser avaliada por educadores e discentes bem como o objetivo pedagógico, sujeito, tipo de aprendizagem, interação, experiência que se queira promover ou vivenciar. Tal escolha implica na avaliação crítica dos benefícios para a aprendizagem, o que supõe a reorientação da oferta comumente encontrada, de forma ‘avulsa’ e descolada de um projeto ou de uma política que a norteie. A utilização do EAD não pode ser imperativa para todo e qualquer momento (TORREZ, 2005, p. 180).

É possível verificarmos que o perfil do aluno da EAD e do profissional da saúde se aproximam, conforme apresentado por Oliveira (2007) em Ferraz:

A educação permanente é uma necessidade premente para os profissionais da saúde, para que eles desenvolvam uma postura crítica,

autoavaliativa, autoformadora e autogestora de seu aprendizado. Essas características vão ao encontro do perfil de aluno ideal para Educação a Distância (Oliveira apud Ferraz, 2013, p. 2118).

A EAD possibilita esta autogestão do aprendizado, tornando o aluno independente e responsável por sua aprendizagem, que vai também ao encontro da utilização das metodologias ativas de aprendizagem. Então, se as metodologias ativas estão alicerçadas em um princípio teórico significativo, como a autonomia, algo explícito na invocação de Paulo Freire, a educação contemporânea deve pressupor um discente capaz de autogerenciar ou autogovernar seu processo de formação (MITRE, 2008, p. 2135).

As possibilidades metodológicas que a EAD oferece, dentro da perspectiva construtivista, trazem ferramentas que possibilitam interação e construção do conhecimento, podendo contribuir com a Educação Permanente em Saúde.

O método da problematização, adaptado para a modalidade EAD, pode possibilitar uma aprendizagem baseada na realidade dos serviços. Conforme nos traz Mitre (2008), o ensino pela problematização baseia-se no Método do Arco elaborado por Charles Maguerez, exercitando a dialética ação-reflexão-ação, a partir da realidade social, sendo constituído pelas seguintes etapas:

- Observação da realidade: onde o aluno realiza uma primeira leitura da realidade.
- Pontos-chave: análise reflexiva para compreensão dos principais pontos-chaves do problema.
- Teorização: compreensão do problema nos aspectos práticos ou situacionais e nos princípios teóricos que o sustentam.
- Hipóteses de solução; formula as hipóteses de solução, verificando sua aplicação na realidade.
- Aplicação a realidade: executa as soluções encontradas.

A partir disso pode-se então elaborar atividades que integram a educação a distância, a educação permanente em saúde e a problematização.

[...] a partir da análise de reflexão de uma situação-problema apresentada, o participante identifica suas principais lacunas de

conhecimentos e estabelece o que necessita aprender (objetivos de aprendizagem) para a resolução do caso. No estudo da situação-problema o participante deve lançar mão de pesquisa bibliográfica, estudo individual, consultas a especialistas, se necessário, e de seminários, via videoconferência de modo que o possibilitem alcançar os objetivos de aprendizagem e, ao final do ciclo, solucionar o problema (Tomaz, 2004, p. 6).

Conforme Tomaz (2004), a avaliação também deve ter caráter formativo, composto da realização de trabalhos escritos e ensaios de síntese do conhecimento construído e aplicado no local de trabalho.

A própria portaria do MS que estabelece a Política de Educação Permanente aponta a necessidade de incluir nesta os aportes da EAD:

...aproximando o conhecimento elaborado às práticas das equipes, alimentando suas contribuições no caminho de um progresso construtivo e inclusivo. Para isso, faz-se necessário o fortalecimento dos modelos educativos à distância privilegiando a problematização e integrando-os ao desenvolvimento de projetos de Educação permanente em serviço (Ferraz, 2013, p. 2121).

É importante destacar esta possibilidade integrativa e colaborativa da EAD, possibilitando a reflexão e problematização entre os diversos agentes envolvidos nas práticas diárias da assistência. Maftum e Campos relatam em seu trabalho as suas experiências e afirmam que a proposta atual diferencia-se pela conjugação da EAD com metodologias ativas e composições de grupos multiprofissionais que permitem compartilhar com diferentes classes da área da saúde, fazendo presente o tempo todo o exercício da interdisciplinaridade (FERRAZ, 2013, p. 2120).

Cabe analisarmos também as dificuldades que os profissionais ainda enfrentam no acesso a EAD, principalmente aqueles que possuem dificuldades na utilização do computador e na disponibilização de tempo para a realização das atividades.

Oliveira (2007) alerta para os desafios encontrados para a viabilização do ensino nesta modalidade: dificuldade de acesso às tecnologias da comunicação e informação por parte de alguns profissionais de saúde; dificuldade em utilizar as ferramentas, escassez de tempo para desenvolver as atividades do curso em vista do duplo emprego; dificuldade de comunicação

com os tutores por morar em locais muito distantes; a questão da família, entre outros (OLIVEIRA, 2007, p. 588).

Do outro lado, existe uma dificuldade dos professores em utilizar as ferramentas de forma adequada, conforme nos traz Tomaz (2004), que “um dos grandes desafios para os elaboradores dos cursos tem sido a utilização de métodos mais inovadores, centrados no estudante, e que estimulem a aprendizagem crítica, colaborativa, reflexiva e efetiva” (TOMAZ, 2004, p. 2).

O mesmo autor alerta para a importância da figura do tutor/orientador nesta metodologia, pois para orientar o processo de ensino e aprendizagem, esta interação deve ser feita de forma dinâmica, através de material didático, grupos de discussão, listas, correio eletrônico, chats e outros mecanismos de comunicação (CAMPOS, 2002, apud TOMAZ, 2004, p. 3).

Silva, Melo e Muylder (2015) também destacam a importância das estratégias de comunicação e interação, que são fundamentais no processo ensino aprendizagem a distancia, além de influenciar diretamente os aprendizado percebido e construído efetivamente pelos alunos.

Porém, mesmo com estes desafios “com relação ao acesso à formação continuada, percebemos que ainda é a EAD uma estratégia para a educação permanente em saúde” (OLIVEIRA, 2007, p.588).

A EAD está sendo comprovada como uma modalidade de educação eficaz, possibilitando atendimento e qualidade, acesso a aprendizagem constituindo uma forma de democratização do saber. Deve o profissional de saúde lutar para conseguir aplicar esse método facilitador de ensino continuado nas instituições, compreendendo ser essa uma forma de ensino que vem atender as exigências do mundo contemporâneo, onde o uso de vários meios para a produção de conhecimentos permite que se escolha como, quando e onde aprender (Oliveira, 2007, p.588).

Ou seja, a EAD pode ser um grande aliado da Educação Permanente em Saúde, unindo a outras ações educativas e sem deixar de lado a presencialidade e outras metodologias de aprendizagem. Trata-se, portanto de potencializar a Educação Permanente com os aportes tecnológicos da EAD, como indica Davini (2009, p. 54), que para isso, faz-se necessário o

fortalecimento dos modelos educativos a distância privilegiando a problematização e integrando-os ao desenvolvimento de projetos de Educação permanente em Saúde.

Podemos concluir então que a aproximação entre Educação Permanente em Saúde e a Educação a Distância é possível e pode contribuir com os objetivos educacionais a serem alcançados, desde que embasada em uma metodologia problematizadora da realidade do indivíduo e que utilize as ferramentas de maneira adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados foi possível ter uma visão mais ampla sobre a Política de Educação Permanente em Saúde e sobre a Educação a Distância.

As reflexões aqui apresentadas em relação ao objetivo de utilizar a Política de Educação Permanente como norteadora de um curso EAD sugerem que esta aproximação contribui para a qualificação e aperfeiçoamento do profissional de saúde.

Porém, para que esta aproximação seja possível e alcance seus objetivos, é necessário utilizar as diversas ferramentas e possibilidades que a EAD oferecem para integrar a relação dos funcionários com o trabalho e problematizar a realidade. Devem conter atividades teórico-reflexivas, interações entre os alunos e professores, estimulando a reflexão dos participantes, para que assim seja possível intervir na realidade.

É necessário rever a proposta pedagógica predominante na maioria dos cursos EAD, baseados principalmente em cursos auto instrucionais, com pouca ou nenhuma interação, buscando aproximá-los da Educação Permanente em Saúde, pois “evidências demonstram que o uso da tecnologia à distância é mais eficaz se comparada aos métodos tradicionais, quando há medição com o estudante” (FULLERTON, 2003, apud SILVA, 2015a, p. 1102).

Pode-se perceber que ao agregar as novas tecnologias aos programas tradicionais de EP obtiveram-se resultados satisfatórios, em que ambos os métodos contribuíram para a apreensão de conhecimento e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade da assistência. (Silva, 2015a, p.1105)

Como verificamos, é possível sim aproximar a Educação à Distância da Política de Educação Permanente em Saúde, segundo nos traz Oliveira.

Compreendemos que a EAD apresenta-se como uma possibilidade de democratização do saber e do fazer para profissionais da área de saúde na formação, pois, enquanto estratégia auxilia na tomada de consciência, por parte dos profissionais, dos avanços promovidos na área de conhecimento, gerando processos continuados de acesso a informação. A EAD tem impulsionando crescimento, nos sentidos político-sociais, econômicos, pedagógicos e tecnológicos dos profissionais de saúde. Além de tornar efetiva, quantitativamente, a intervenção e levar à otimização da formação e na prática, facilita a aprendizagem na própria unidade de trabalho sem

afastá-los por muito tempo das suas atividades, pois poderá acontecer através de teleconferência ou videoconferência, com total interatividade, bem como, disponibilizando um arsenal de recursos multimídia (Oliveira, 2007, p.589).

Por fim penso que este trabalho foi muito importante, considerando-se as conclusões encontradas, que permitiram uma análise aprofundada do contexto e conseqüentemente, o estabelecimento de uma estratégia que viabilize na prática, contribuir com a realidade descrita e melhorar os resultados apontados.

REFERÊNCIAS

DAVINI, María Cristina. Enfoques, Problemas e Perspectivas na Educação Permanente dos Recursos Humanos de Saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília, DF, 2009. p. 39-56. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2016.

FERNANDES, Maria Lúcia; TURCHIELO, Luciana Boff (Org.). **Educação a distância e tutoria**: considerações pedagógicas e práticas. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

FERRAZ, Livia Lima. A educação a distância na educação permanente dos profissionais de saúde: revisão. **Revista Eletrônica Gestão e Saúde**, Brasília, DF, p. 2118-2127, mar. 2013. Edição especial. Disponível em: < <http://gestaoesaude.unb.br/index.php/gestaoesaude/article/view/476>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

GOMES, Luiz Fernando. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. **Avaliação**, Campinas, v.18, n.1, p.13-22, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/02.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

MITRE, Sandra Minardi et al. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde**: debates atuais. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.13, p. 2133-2144, 2008. Suplemento 2. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v13s2/v13s2a18.pdf> >. Acesso em: 01 jun. 2016.

OLIVEIRA, Marluce Alves Nunes. Educação à Distância como estratégia para a educação permanente em saúde: possibilidades e desafios. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 60, n. 5, p. 585-589, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v60n5/v60n5a19.pdf> >. Acesso em: 15 dez. 2015.

PAGLIOSA, Fernando Luiz; ROSS, Marco Aurélio Da. O Relatório Flexner: para o bem e para o mal. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 492-499, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v32n4/v32n4a12.pdf> >. Acesso em: 04 jul. 2016.

RICARDO, Eleonora Jorge (Org.). **Educação corporativa e educação a distância**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

ROGEL, Claudia da Silva Pinto; VIEIRA, Maurício Alves. Educação permanente em saúde através da EAD. In: CONGRESSO NACIONAL UNIVERSIDADE, EAD E SOFTWARE LIVRE, v. 1, n. 2, 2011, **Anais...** Disponível em: < www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/download/2840/2799 >. Acesso em: 15 dez. 2015.

SILVA, Adriane das Neves et al. Limites e possibilidades do ensino à distância (EAD) na educação permanente em saúde: revisão integrativa. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n.4 , p.1099-1107, 2015a. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n4/1413-8123-csc-20-04-01099.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SILVA, Mariana Paiva Damasceno; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; MUYLDER, Cristiana Fernandes de . Educação à distância em foco: um estudo sobre a produção científica brasileira. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 202-230, jul./ago. 2015b. Disponível em: < <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/5289/5436>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

STROSCHEIN, Karina Amadori; ZOCHE, Denise Antunes Azambuja. Educação permanente nos serviços de saúde: um estudo sobre as experiências realizadas no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 505-519, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9n3/v9n3a09.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

TOMAZ, José Batista et al. Educação a distância como estratégia de capacitação permanente em saúde: um relato de experiência. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, 11., 2004, Salvador. **Anais...** Disponível em: < <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/169-TC-D4.htm> >. Acesso em: 14 abr. 2016.

TORREZ, Milta Neide Freire Barron. Educação a distância e a formação em saúde: nem tanto, nem tão pouco. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3 n.1, p.171-186, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tes/v3n1/09.pdf> >. Acesso em: 14 abr. 2016.